

Exmo. Senhor Director da
Escola _____

_____, encarregado de educação do
aluno _____, a frequentar este estabelecimento
de ensino, no ___ ano, turma _____, vem comunicar que, no uso do direito consignado
no artigo 21º da Constituição da República Portuguesa, o seu educando não frequentará
as aulas durante o lapso temporal em que se mantiver o perigo de propagação do Covid
19.

Em consequência do uso desse direito, que visa acautelar a sua saúde e
integridade física bem como a de toda a comunidade, fica-lhe garantido que todas as
faltas lhe sejam justificadas.

Outrossim, e caso por meio alternativo não lhe sejam lecionadas as matérias,
tem, igualmente, o direito a não ser avaliado quanto a tais conteúdos programáticos.

Compete-me, ainda, dar conta que o Estado Português, na pessoa de V. Exa.,
tem o direito e o dever de se fazer munir dos instrumentos necessários para evitar a
lesão dos direitos dos alunos deste estabelecimento de ensino, que a verificar-se faz
recair no Estado Português o dever de indemnização, sendo certo ainda que sobre esta
entidade recai, também, responsabilidade criminal por não ter accionado os
mecanismos necessários, úteis e adequados para minimizar os efeitos da Pandemia do
mencionado Coronavírus, já que estando munido dos conhecimentos disponibilizados
pela comunidade científica e as experiências vividas noutros países tinha tal obrigação,
e não o leva a efeito.

Com os melhores cumprimentos, ciente da melhor compreensão,

Nome da localidade, _____, _____ de Março

de 2020